

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**02 a 04
Dez
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



MARCELO PREST

VERBA EXTRA FORMA 29% DOS SALÁRIOS DOS JUÍZES

Em novembro, 404 magistrados receberam acima do teto no ES

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Dos 464 juízes e desembargadores ativos e inativos que estão na folha de pagamento de novembro, 404 receberam valores brutos superiores ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 33.763, considerado o teto do funcionalismo brasileiro. O limite é superado por conta de uma série de benefícios recebidos pelos magistrados. Se considerados apenas os que ficaram acima do limite, tem-se que 28,59% dos ganhos vieram desses extras.

Não há nada ilegal nos pagamentos desses "penduricalhos". Não recebem descontos, ou seja, passam ilesos ao chamado "abate-teto", mas estão todos previstos da forma como são pagos.

Entre os benefícios estão o auxílio-moradia, auxílio-alimentação e indenização por férias não gozadas. O levantamento de A GAZETA não incluiu, para checar os ganhos brutos, os valores referentes a 13º salário e férias porque esses são direitos comuns a todos os trabalhadores.

O que mais contribui para elevar os ganhos dos magistrados são os retroativos e o auxílio-moradia. Essas

COMPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS



Fonte: CNJ/novembro 2017

Infografia | Marcelo Franco

duas rubricas representam, respectivamente, 10% e 8,5% de tudo o que eles receberam em novembro.

DETERMINAÇÃO

Pela primeira vez, por decisão da ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), os ganhos dos magistrados

passarão a ser detalhados. Assim, ela entende que há mais transparência sobre as despesas com pessoal.

A metodologia de divulgação é diferente daquela adotada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O Portal da Transparência do tribunal, até outubro, apresentava apenas que, além dos subsídios, os magistrados ga-

LIMITE

R\$ 33,7 mil

É o salário de um ministro do STF e teto do funcionalismo público.

nhavam, por exemplo, "indenizações" e "direitos eventuais". Dados individualizados do auxílio-alimentação, saúde e moradia não são exibidos.

Agora, o valor de cada indenização e de cada direito eventual está discriminado por determinação do CNJ.

METADE

Se o recorte considerar apenas os dez magistrados com maiores ganhos em novembro, a conclusão é de que as verbas extras corresponderam a 50% dos valores brutos recebidos por eles. São cinco desembargadores ativos e cinco inativos. Oito deles ganharam R\$ 10 mil, redondos, de "retroativos" e dois receberam R\$ 25 mil, além de outros benefícios.

O TJES informou que o pedido de explicação sobre o que seriam esses retroativos foi enviado após um ho-

rário razoável para que técnicos pudessem ser consultados. Segundo o presidente da Associação dos Magistrados, Ezequiel Turibio, trata-se de valores que o tribunal não pagou no passado, por falta de recursos e que agora são pagas com valores atualizados.

O tribunal ressaltou que "as remunerações dos magistrados e servidores do Poder Judiciário são pagas de acordo com a legislação vigente, decisões judiciais e eventuais deliberações do CNJ, além de serem submetidas ao controle do Tribunal de Contas do Estado".

Para calcular os ganhos brutos, é preciso somar os ganhos em quatro arquivos disponibilizados pelo CNJ. O arquivo "contracheque" está parcialmente atualizado e mostra um número menor de salários que extrapolaram o teto.

VEJA NA INTERNET

www.gazetaonline.com.br

LISTA COMPLETA

Confira os nomes de todos os magistrados que ultrapassaram o teto

leia.ag/teto

OPINIÃO DA GAZETA

Cármen Lúcia cumpriu!

« A ministra Cármen Lúcia havia decidido, em agosto, dar maior transparência aos salários do Judiciário. Com razão: a sociedade tem o direito de ter acesso a esses dados. Em artigo publicado na quinta-feira neste jornal, Carlos Alberto Sardenberg criticou: "No caso dos supervalários, já foi mais do que divulgado o truque: tem o salário, sempre abaixo do teto, e depois as vantagens pessoais e verbas indenizatórias, que são fora do teto. Era legal que valesse também para o cidadão. Você diria à Receita: ganho mil reais por mês. E os outros 50 mil? Dinheiro pessoal e indenizatório." Com a visibilidade dos vencimentos, a cobrança tende a ser maior, e o constrangimento, também.

DEZ MAIORES SALÁRIOS ACIMA DO TETO

Nome	Cargo	Salário Bruto
Adalto Dias Tristão	Desembargador	R\$ 74.101,47
Manoel Alves Rabelo	Desembargador	R\$ 70.749,65
Eliana Junqueira Munhós Ferreira	Desembargadora	R\$ 58.668,54
Carlos Henrique Rios do Amaral	Desembargador aposentado	R\$ 57.587,00
Catharina Maria Novaes Barcellos	Desembargadora aposentada	R\$ 57.447,82
Carlos Roberto Mignone	Desembargador aposentado	R\$ 57.263,99
Ronaldo Gonçalves de Sousa	Desembargador	R\$ 57.179,74
Arnaldo Santos Souza	Desembargador aposentado	R\$ 56.974,30
Paulo Roberto Luppi	Desembargador aposentado	R\$ 56.065,15
Ney Batista Coutinho	Desembargador	R\$ 55.656,19

Fonte: Os dados dizem respeito aos ganhos brutos, foram divulgados pelo CNJ e são referentes a novembro de 2017

Desconto: No levantamento, foram descontados férias e 13º dos salários brutos

Amages reclama da "exposição" dos juízes

▲ O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turíbio, afirmou que o Judiciário do Estado sempre cumpriu as determinações de divulgação de salários do Conselho Nacional de Justiça e, agora, não será diferente. No entanto, reclamou da "exposição". "Lógico que todo agente público tem contas a prestar com a sociedade. Mas essa exposição coloca os magistrados e qualquer servidor numa situação muito difícil, até porque vivemos em sociedade de risco. Vizinhos, empregados e parentes, todos



Ezequiel Turíbio preside associação de classe

acabam tomando conhecimento de quanto se ganha. Deveria haver um filtro sobre quem acessa", disse.

Só 24 nomes ficam sem auxílio-moradia

Benefício de R\$ 4,3 mil mensais é pago até a quem mora na mesma cidade em que trabalha

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@degazeta.com.br

Dos 343 juízes e desembargadores ativos do Poder Judiciário do Espírito Santo, apenas 24 não recebem o auxílio-moradia de R\$ 4.377,73 mensais, o que corresponde a 7% dos magistrados. É o que mostram dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ aplicou uma nova metodologia de divulgação. Antes já era possível descobrir no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) os magistrados que recebem o benefício, porém de maneira pouco facilitada. O site apresenta uma série de números e cada um deles corresponde a um magistrado que



EDSON CHAGAS/ARQUIVO

TJES: oito desembargadores não recebem a verba

conta com o auxílio, separado dos nomes.

Agora, com o novo método, é possível filtrar numa planilha aqueles que receberam e não receberam o valor extra. A tabela de pagamentos disponível com as novas regras de apresen-

tação é referente ao mês de novembro de 2017.

Dos 24 que não recebem o benefício, oito são desembargadores. São eles: Fábio Clem, Pedro Valls Feu Rosa, Carlos Simões Fonseca, José Paulo Calmon Nogueira da Ga-

ma, Annibal de Rezende Lima, Fernando Antônio Zardini e Sérgio Luiz Teixeira da Gama.

JUÍZES

Outros 15 magistrados, juízes de Direito, abriram mão do benefício: Helimar Pinto, Ednalva da Penha Binda, Patricia Pereira Neves, Sergio Ricardo de Souza, Heloisa Cariello, Camilo Jose Davila Couto, Eliezer Mattos Scherrer Junior, Katia Toribio Laghi Laranja, Marlúcia Ferraz Moulin, Marcia Pereira Rangel, Maxon Wander Monteiro, Carlos Henrique Rios do Amaral Filho, Priscilla Bazzarella de Oliveira, Alexandre de Oliveira Borgo e Auricelia Oliveira De Lima.

Também não consta na folha de novembro o pagamento de auxílio-moradia para o juiz substituído João Carlos Lopes Monteiro Lobato Fraga.

Salário acima do limite não é exceção

▲ O fato de juízes e desembargadores receberem acima do teto ser praticamente a regra, e não a exceção, não é exclusividade dos magistrados capixabas. Há casos recentes em outros Estados em que os profissionais receberam até mais de R\$ 500 mil.

Em julho deste ano, o juiz Mirko Vicenzo Gian-

notte, de Mato Grosso, recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79. Com descontos, o rendimento foi de R\$ 415.693,02. O valor foi resultado da soma de R\$ 300.283,27 em salário, R\$ 137.522,61 em indenizações, além de R\$ 40.342,96 em vantagens eventuais e mais R\$ 25.779,25 em gratifica-

ções. Depois da repercussão do caso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a suspensão de pagamentos semelhantes pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

Nas Cortes superiores isto também ocorre. Em 2014, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi te-

ve remuneração bruta de R\$ 674.927,55, que com o desconto tornaram-se R\$ 420.880,34 líquidos. No caso dela, a explicação foi o recebimento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), benefício criado na década de 90.



CONTINUA pág. 18

Política

FALE COM O EDITOR GLEBERSON NASCIMENTO E-MAIL: politica@redetribuna.com.br

FOTOS: FABIO VICENTINI/AT



ANNIBAL de Rezende Lima não considera um problema a divulgação dos salários de magistrados e disse que todas as informações já estão disponíveis no Portal da Transparência do Judiciário

DIVULGAÇÃO DOS SALÁRIOS DE MAGISTRADOS

“Segui determinação do CNJ”, justifica Annibal

Presidente do Tribunal de Justiça disse que valores pagos aos juizes cumprem as normas exigidas pelo próprio Conselho

Tiago Alencar

Um dia após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tornar público o contracheque dos 364 magistrados do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), entre ativos e inativos, e de **A Tribuna** ter publicado o material com exclusividade, o presidente

da Corte, desembargador Annibal de Rezende Lima, falou pela primeira vez sobre o assunto.

De acordo com Annibal, os valores pagos aos juizes cumprem, rigorosamente, todas as determinações do CNJ. Em novembro, 107 deles receberam acima do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil.

“Todo e qualquer benefício pago aos magistrados do Estado segue, de forma rigorosa, as determinações do Conselho Nacional de Justiça”, disse o desembargador.

Quando questionado sobre o fato de 320 magistrados receberem o auxílio-moradia, benefício pago aos juizes que atuam fora das cidades onde residem, o desembargador voltou a citar o CNJ e disse,

mais uma vez, que o pagamento é feito respeitando as resoluções do órgão regulador. “Esse é outro benefício que é pago com o aval do Conselho Nacional de Justiça. Como disse anteriormente, o Tribunal apenas cumpre as determinações vindas de lá”, pontuou.

Para Annibal, não há problema no fato de os salários dos juizes serem levados a público. Isso tem acontecido após a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, ter assinado uma portaria que determina a divulgação dos dados pelos tribunais do País, em agosto.

“Não vejo problemas na divulgação desses dados. São informações que estão disponíveis no próprio

Portal da Transparência”, ressaltou. Os primeiros tribunais a enviarem as informações ao CNJ foram o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

“O Poder Judiciário do Espírito Santo paga o 13º salário aos magistrados e servidores no mês do aniversário, por força de lei estadual. A gratificação natalina que aparece na tabela refere-se ao 13º salário. O Poder Judiciário estadual não paga gratificação natalina para seus magistrados, paga 13º salário, no mês de aniversário, que é intitulado de gratificação natalina”, afirma o TJ-ES, por nota.

SAIBA MAIS

Contracheque de juizes

> EM AGOSTO DESTE ANO, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, assinou a Portaria nº 63, que determina que os tribunais brasileiros divulguem o contracheque de seus magistrados. A ministra, na época em que aprovou a portaria, disse que não havia transparência na divulgação dos dados referentes ao exercício da magistratura. O exemplo foi dado quando ela divulgou o salário dos servidores do STF.

> NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o primeiro lote de planilhas com os salários e os benefícios recebidos por juizes dos seguintes tribunais: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

Acima do teto

> DOS 464 MAGISTRADOS ativos e inativos do Judiciário capixaba, 107 receberam acima do teto de R\$ 33,7 mil em novembro.

> DESSES, 26 já são aposentados. A média salarial dos juizes é de R\$ 32.084,85.

Benefícios

> ENTRE OS MAGISTRADOS de ativa, 343 recebem o auxílio-alimentação de R\$ 1.925,01 e 320, o auxílio-moradia de R\$ 4.377,73.

> OS DADOS estão disponíveis no site www.cnj.jus.br/transparencia/remuneracao-dos-magistrados.

XANDY PEREIRA/AGÊNCIA ESTADO



CÁRMEN LÚCIA assinou portaria

Novo fórum será aberto em janeiro

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) inaugurou ontem o novo Fórum Cível da Serra, que vai funcionar na Avenida Carapebus, nº 226, no bairro São Geraldo, em Carapina.

A estrutura, que tem uma área de 6.570 m², atenderá cerca de 4 mil pessoas por dia, mas só será aberta ao público em janeiro, após o recesso do Poder Judiciário.

Dezoito varas da esfera cível serão levadas para o local, totalizando mais de 30 mil processos.

A cerimônia de inauguração do fórum contou com a presença do governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB), de magistrados, além de deputados federais e esta-

duais, membros do Ministério Público Estadual (MP-ES); do prefeito da Serra, Audifax Barcelos, e de vereadores do município.

Ao abrir o evento, o diretor do fórum, juiz Alexandre Farina, não conteve as lágrimas ao fazer uma homenagem ao desembargador

aposentado Carlos Henrique Rios do Amaral, que morreu no dia 23.

O presidente do TJ-ES, desembargador Annibal de Rezende Lima, destacou a entrega do novo fórum. “É a conclusão de um ciclo que foi marcado por muito desafios e dificuldades”, disse.



HARTUNG, Annibal e Farina durante solenidade de inauguração do fórum

Ministro do STJ rejeita ação de juiz contra Hartung

O ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou a queixa crime que o juiz federal Alexandre Miguel ajuizou contra o governador Paulo Hartung (PMDB) por ofensa à honra, em 2004. A decisão é do último dia 20.

Na época, as declarações feitas por Hartung foram a respeito de uma liminar concedida pelo juiz, que afastou o pagamento de ICMS sobre mercadoria desembarcada no Espírito Santo, mas que tinha São Paulo como destino final. As falas foram consideradas caluniosas pelo magistrado.

O ministro Napoleão, em decisão monocrática, considerou que “na conduta do acusado é possível identificar, apenas e tão somente, declarações genéricas e de cunho abstrato; inexistindo, nelas, imputação ao querelante de fato certo e determinado que caracterizasse a prática de um delito”.

Ele mencionou ainda o posicionamento do Ministério Público Federal (MPF) que também opinou pela rejeição da queixa crime contra o governador.

O juiz federal Alexandre Miguel informou, via assessoria, que não daria declaração sobre a decisão.

Corregedor do CNJ endurece regra de pagamento de extras a magistrados

Novos penduricalhos a juízes e desembargadores precisarão passar pela análise dos membros do CNJ

Uma determinação assinada nesta sexta-feira (01) pelo corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro João Otávio de Noronha, tem causado alvoroço em grupos de magistrados dentro e fora do Espírito Santo. O texto, chamado de “provimento”, sugere que, a partir de agora, ficam endurecidos os procedimentos para pagamento de indenizações e verbas remuneratórias.

Para receber os valores, será necessária uma autorização prévia do CNJ. O sinal verde do colegiado será necessário quando se tratarem de verbas remuneratórias, retroativas ou indenizatórias não previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

O CNJ também precisará autorizar o pagamento de “qualquer nova verba” remuneratória ou indenizatória, esteja ela prevista ou não na Loman. Mesmo com as autorizações, o pagamento não é automático. “O pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória, quando autorizada pelo Conselho Nacional de Justiça, só poderá ocorrer após publicação do ato que reconheceu o direito pelo órgão administrativo do tribunal”, diz o texto do corregedor.

A interpretação dada por juízes ao documento, até então, é a de que o corregedor quer dificultar as decisões administrativas de tribunais que determinam pagamentos de elevadas verbas indenizatórias ou retroativas.

Há casos, por exemplo, de tribunais entenderem, administrativamente, que juízes têm direito a valores atrasados superiores a algumas centenas de milhares de reais.

NO ESTADO

Como o provimento deixa claro que a determinação não se aplica àqueles valores especificados na Resolução 133/2011, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, acredita que não haverá impactos no âmbito local. Essa resolução é a que reconheceu como devidos aos magistrados benefícios como auxílio-alimentação e indenização de férias não gozadas.

“Numa primeira leitura, no caso do Espírito Santo, não tem muita implicância porque o que se paga no Estado é indenização de férias, auxílios e outras coisas que já estão nessa resolução. Parece que a proposta é coibir altas indenizações e altos retroativos. O corregedor usa o termo ‘novo’. E os retroativos pagos pelo tribunal são reconhecidos pelo STF. Mas precisamos fazer uma análise mais profunda. Vamos nos debruçar sobre isso”, afirmou Turíbio.

EXCLUSIVO



Manifestantes bloqueiam acesso ao Quartel da Polícia Militar, em Maruípe, Vitória: tendas foram instaladas e serviram de abrigo para familiares de militares

CARLOS ALBERTO SILVA - 05/02/2017

POR TRÁS DA TENDA

Inquérito da 26ª Promotoria Cível de Vitória encontrou documentos que indicam atuação de associações da PM para dar início à greve de fevereiro

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

As tendas usadas em frente a um batalhão de Cariacica durante a greve da Polícia Militar, em fevereiro, foram solicitadas a uma empresa pela Associação de Cabos e Soldados (ACS). Foi o que constatou um inquérito conduzido pela 26ª Promotoria Cível de Vitória, que aponta indícios de que por trás da idealização e da organização do movimento estão as associações que representam os militares.

Em um documento, que está anexado ao inquérito e que A GAZETA teve acesso com exclusividade, é relatado que, no dia 3 de fevereiro, o diretor social de relações públicas da Associação de Cabos e Soldados (ACS), cabo Thiago Bicalho, solicitou à empresa "o empréstimo de algumas tendas". Elas seriam utilizadas no 7º Batalhão da PM, localizado em Cariacica, durante o final de semana, em "um evento".

Ocorre que aquele foi o final de semana em que a greve foi iniciada. A paralisação começou no Destacamento da Polícia Militar em Feu Rosa, na Serra, exatamente no dia 3 de fevereiro. No dia seguinte, o movi-

Em resposta ao pleito de vossa excelência, informo que não foram emitidas notas fiscais em favor das pessoas jurídicas citadas no ofício OF/26PCVT/Nº 0568-J/2017. Todavia, cabe ressaltar que, no dia 03 de fevereiro de 2017 (sexta-feira), o senhor Cabo Bicalho, policial militar do 7º BPM (Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo) e diretor da Associação de Cabos e Soldados, entrou em contato via telefone com o meu esposo, o senhor [REDACTED] e solicitou o empréstimo de algumas tendas para serem utilizadas no 7º BPM naquele final de semana para um evento, ficando acordado que no dia 06 de fevereiro de 2017 (segunda-feira), os materiais seriam devolvidos.

Trecho da resposta enviada à Promotoria pela empresa de tendas de Cariacica



Em vídeo, o subtenente Assis (preto) faz a defesa dos familiares dos policiais

mento ganhou corpo e espalhou pela Grande Vitória e pelo interior do Estado.

Segundo o documento, no dia agendado para a devolução das tendas, 6 de fevereiro, o material não pode ser recolhido no 7º Batalhão. "Fomos impedidos de forma hostil pelos integrantes do movimento", explicam os empresários.

Diante disso, decidiram acionar quem tinha encomendado o material. "Entramos em contato com o

cabo Bicalho e relatamos o problema. Este prometeu resolver a situação", contam. É informado que as tendas só puderam ser recuperadas no dia 22 de fevereiro, ao fim da greve.

O documento acrescenta ainda que as tendas foram "emprestadas" para os militares porque já havia uma relação de confiança com a corporação.

A paralisação ocorreu entre os dias 4 e 25 de fevereiro. A informação inicial era

de que se tratava de um movimento promovido pelos familiares de militares que, insatisfeitos com as condições de trabalho dos policiais, bloquearam os acessos às unidades da PM, impedindo a saída de viaturas.

Nesse período, os familiares se abrigavam em tendas instaladas nas portas das unidades militares.

Com o passar dos dias, entretanto, os próprios policiais se aquartelaram. O caos tomou conta das

ruas. Sem policiamento, as cidades se transformaram em um cenário de guerra, com assaltos, furtos, roubos, mortes e saques. Foi necessária a vinda de tropas federais para realizar o patrulhamento. No período, 219 pessoas foram assassinadas.

ACUSAÇÕES

Agora, 10 meses após a paralisação, além do diretor da Associação de Cabos e Soldados (ACS), lideranças de outras associações que representam os militares também são alvo de investigações. Um deles, o soldado Maxson Luiz da Conceição, que preside a Associação Geral dos Militares (Agem), foi expulso da corporação. Foi acusado de "incitar os policiais militares ao aquartelamento por meio de vídeos e postagens em redes sociais".

Outro indiciado por crime militar e transgressão disciplinar foi o presidente da Associação dos Oficiais Militares (Assomes), o tenente-coronel Rogério Fernandes de Lima. A investigação concluiu que nas manifestações feitas à imprensa ele defendeu, entre outros temas, a anistia a PMs que participaram da greve; a expectativa de re-

posição salarial dos militares; e fez críticas ao governo do Estado e ao comando da PM em matérias sobre o Dia do Soldado.

A associação que Fernandes preside enfrenta ainda outra dificuldade. Teve as contas do primeiro semestre de 2017 aprovadas com ressalvas em decorrência do uso de verbas de publicidade. Foram usados quase R\$ 100 mil acima do previsto no regimento.

Também é alvo de um inquérito militar o presidente da Associação dos Bombeiros Militares (Abmes), o subtenente Sérgio Assis. Ele aparece em um vídeo, com líderes de outras associações militares, onde relata apoio aos familiares dos policiais durante a greve. A investigação apura se as afirmações podem ser consideradas incitação ao movimento grevista.

VEJA NA INTERNET

www.gazetaonline.com.br

VÍDEO

Veja a fala que resultou na investigação do subtenente Sérgio Assis, presidente da ABMES.

AS INVESTIGAÇÕES

POLÍCIA MILITAR
DEMISSÕES

Já foram excluídos dos quadros da corporação um total de 11 militares, um deles por crime de deserção (abandono de emprego após o processo ser iniciado).

IPMS

Foram abertos 74 inquéritos policiais militares, que investigam transgressões e crimes militares. São, portanto, procedimentos criminais que, ao serem concluídos, seguem para o Ministério Público e para a Justiça Militar.

Individuais

São 48, mas há casos que incluem até seis pessoas em um mesmo IPM.

Coletivos

São 26 e atingem todas as unidades da PM, cujo efetivo de cada uma será ouvido. São elas:

Batalhões - 14

Companhias Independentes - Seis, exceto as criadas após a



GUILHERME FERRARI - 07/02/2017

Exército foi para as ruas garantir a segurança

greve e localizadas em Vitória, Serra e Vila Velha.

Companhias Especializadas - Cinco

(Trânsito, Ambiental e Montada), além das extintas Rotam e BME. Ficaram de fora as polícias de Guarda e a de Cães, além da Companhia de Missões Especiais (Cimesp), esta última criada após o movimento.

Assessoria Militar da Sedu - Um

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Existem 22 PADs em curso que podem resultar em demissões. São investigações no âmbito administrativo. São eles:

Conselho de Justificação

Cinco. São destinados aos oficiais da PM.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Civil

Há um inquérito civil na 26ª Promotoria de Vitória que apura os danos e os prejuízos causados não só à imagem do Estado, mas também à população, como os saques ao comércio, assaltos, furtos e roubos de veículos. Identificou indícios de participação das associações de

militares no movimento grevista.

Militar

A Promotoria da Vara da Auditoria Militar acompanha os IPMs e oferece as denúncias. Pelo menos seis delas foram aceitas pela Justiça Militar.

JUSTIÇA

4ª Vara Criminal

Tramitam duas ações decorrentes de investigações realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), na operação "Protocolo Fantasma". Em uma delas, 14 mulheres parentes dos PMs foram denunciadas e, em outra, 10 pessoas foram denunciadas, entre militares e ex-militares.

Auditoria Militar

Pelo menos nove ações tramitam nesta Vara, onde 21 militares foram denunciados por crimes militares.



RICARDO MEDEIROS - 07/02/2017

Loja é saqueada durante a greve dos PMs

TROPA INVESTIGADA

Conduta de cerca de 10 mil militares é apurada; 11 já foram expulsos

Quase toda a tropa da Polícia Militar, composta por cerca de 10 mil homens, está sendo investigada. É uma apuração de dimensões históricas, semelhante ao movimento grevista realizado em fevereiro deste ano. Até o momento, 11 militares foram expulsos por transgressões disciplinares. Situações como a queima da farda, incitação ao aquartelamento ou até por ferir a disciplina e a segurança.

Uma das exclusões ocorreu por crime de deserção. O militar respondia a um processo, mas "abandonou o emprego" e acabou sendo excluído da PM.

Também foram abertos um total de 74 inquéritos policiais militares, os IPMs. Parte deles, 26, são coletivos e destinados a cada uma das unidades da Polícia. Todos os que atuam nestes locais vão ser ouvidos pelo encarregado do inquérito.



VITOR JUBINI - 05/02/2017

Policiais militares aquartelados durante a paralisação

O objetivo é fazer a chamada individualização de conduta, ou seja, identificar os que, de alguma forma, participaram do movimento grevista, como explica o corregedor da corporação, coronel Reinaldo Brezinski. "Os fatos estão sendo apurados. Pode-se

concluir que houve crime, transgressão ou nenhum dos dois", explicou.

Ele pondera que não há excesso de rigor ao abrir tantos processos investigatórios sobre o que ocorreu em fevereiro deste ano. "Este tipo de apuração está prevista em lei e é obrigatória. Não

AVALIAÇÃO

"Os fatos estão sendo apurados. Pode-se concluir que houve crime, transgressão, ou nenhum dos dois. Nosso papel é buscar a justiça"

REINALDO BREZINSKI
Corregedor da PM

podemos nos omitir diante dos fatos que aconteceram ou o Comando responde por omissão", assinala.

Brezinski afirma ainda que o papel da Corregedoria é o de apurar a verdade e responsabilizar, com justiça, na proporção da conduta de cada um. "Todos sabem as atribuições que a lei nos obriga e têm que arcar com as consequências dos seus atos. Nosso papel

é buscar a justiça sem praticar nenhuma omissão ou excesso."

Foram abertos ainda um total de 48 IPMs individuais. Mas há casos em que alguns destes procedimentos incluem mais de um militar. Também estão em curso 22 procedimentos administrativos que podem culminar na demissão de militares.

Brezinski avalia que não há demora na conclusão destas apurações, destacando que é preciso garantir o direito de defesa dos acusados e analisar as provas apresentadas pela defesa, os laudos médicos e as perícias. "É um procedimento que precisa ser conduzido com muita tranquilidade, sem atropelos, para garantir a ampla defesa", revela, assinalando ainda que a expectativa é de que todas as investigações terminem nos próximos meses.

Corregedoria
apura fala
de bombeiro

A Corregedoria do Corpo de Bombeiros apura a fala do subtenente Sérgio Assis, presidente da Associação dos Bombeiros Militares (Abmes), em um vídeo postado durante a greve dos policiais militares. A gravação foi usada como prova para abrir um IPM contra ele. Nas imagens, o bombeiro aparece dando apoio ao movimento. A orientação da investigação veio da Promotoria da Auditoria Militar, informou o coronel Laudes Tomazelli, da Corregedoria do Corpo de Bombeiros. "O que se apura é se foi uma fala isolada ou se foi uma forma de estimular o movimento grevista", explicou o corregedor.

EXCLUSIVO



População queimou pneus na Avenida Maruípe, em frente ao Quartel da PM, em protesto contra a paralisação dos policiais militares

FERNANDO MADEIRA - 07/02/2017

“NÃO ORGANIZAMOS OU NEGOCIAMOS NADA”

Presidentes de associações afirmam inocência

4 VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

O cabo Thiago Bicalho, diretor social da Associação de Cabos e Soldados (ACS), informou que fez apenas a intermediação entre familiares de policiais que precisavam de ajuda e o empresário das tendas. “Não pedi a cessão das tendas. Relatei que tinha um pessoal que faria um tipo de manifestação, mas não tínhamos ciência do que estava acontecendo. Não sabíamos que era greve. Como ele (empresário) sempre nos ajuda, é muito solícito, apenas indiquei o serviço a uma pessoa”, relatou.

Segundo Bicalho, é comum os policiais e seus familiares ligarem para a associação pedindo algum tipo de apoio. “Tentamos ajudar quando é possível. Mas as investigações vão comprovar que não houve locação e nenhuma participação das associações no movimento grevista”, disse.

O presidente da ACS, sargento Renato Martins, assim com as lideranças de associações, foram taxativos ao repudiarem as investigações que os apon-

tam como responsáveis pela organização do movimento grevista de fevereiro. Afirmam que suas participações tiveram o objetivo de mediar o conflito.

“Nossas ações foram pautadas na legalidade. Uma prova de que não organizamos o movimento é o fato de que não conseguimos pôr um fim a ele”, desabafou Renato, afirmando que a ACS não foi oficialmente notificada sobre a investigação das tendas.

O tenente-coronel Rogério Fernandes de Lima,

presidente da Associação dos Oficiais Militares (Assomes), relata que foi surpreendido pelo movimento grevista. “Não organizamos e nem negociamos nada. A nossa participação nas reuniões foi a pedido do governo. E as nossas falas foram sobre a necessidade de negociação e de que o movimento era ilegal”, diz.

Destaca ainda que seu indiciamento em um inquérito militar foi por fatos ocorridos após a greve. “Manifestações feitas co-

mo líder de uma associação legitimamente reconhecida pelo próprio governo”, pondera.

Em relação às contas do Clube dos Oficiais, aprovadas com ressalvas, ele destaca que não houve desvio de recursos. “Uma formalidade não cumprida, de informar com antecipação um gasto maior com publicidade. Mas há comprovação de todas as despesas”, disse, acrescentando que o valor foi gasto em uma campanha publicitária de valoriza-

ção dos policiais.

O subtenente Sérgio Assis, que preside a Associação dos Bombeiros Militares (Abmes), informou que está preparando a sua defesa contra o IPM que o acusa de participar e incitar a manifestação. “Vamos provar a nossa inocência. Sempre agi com responsabilidade porque sei dos riscos do regulamento disciplinar e do Código Penal Militar”, disse.

Acrescentou que sua preocupação sempre foi com os militares. “A intenção era evitar o ponto em que chegamos, com tantos policiais respondendo a procedimentos que podem caminhar para a demissão”, relatou.

O advogado Leonardo Gama, que faz a defesa do soldado Maxson Luiz da Conceição – presidente da Associação Geral dos Militares (Agem) e expulso da Corporação –, garante que seu cliente não teve nenhuma participação na organização da greve. “Maxson chegou de viagem quando o movimento já tinha se iniciado. Não há nenhum indício de sua participação”, disse.

DESABAFO



“As nossas falas foram sobre a necessidade de negociação e de que o movimento era ilegal”

ROGÉRIO FERNANDES
Presidente da Associação dos Oficiais



“Nossas ações foram pautadas na legalidade e no sentido de mediar o conflito”

RENATO MARTINS
Presidente da Associação de Cabos e Soldados



“Vamos provar a nossa inocência. Sempre agi com responsabilidade porque sei dos riscos”

SÉRGIO ASSIS
Presidente da Associação dos Bombeiros Militares

DEFESA



“Não há indícios de sua participação”, garante o advogado Leonardo Gama, que faz a defesa do soldado Maxson Luiz da Conceição (foto), presidente da Agem.

ANÁLISE

“É preciso superar esta crise”

É importante que as apurações que estão sendo realizadas sejam concluídas para que possamos virar a página. A Polícia Militar, assim como o Estado do Espírito Santo, são maiores do que o acontecido em fevereiro e precisam superar esta crise e trabalhar para retomar o caminho da redução da crimina-

lidade e da melhoria da sensação de segurança. A PM desenvolve ações e projetos importantes, como o Proerd, que atua conscientizando sobre o risco do uso de drogas em escolas públicas, e os trabalhos de equoterapia, voltados para a reabilitação e/ou desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiên-



cia. É uma instituição que não se limita às ações de repressão.

PABLO LYRA
PROFESSOR DO MESTRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA UVV

GREVE DA POLÍCIA MILITAR

Processos de associações de militares são extintos

Após acordo que se arrastou por meses, ações das associações durante o movimento grevista não são mais consideradas ilegais

Lucas Rezende

Nove meses após o fim da greve da Polícia Militar no Estado, cinco associações de militares foram perdoadas pela paralisação que durou 21 dias e teve como consequência mortes e terror. As ações das associações durante o movimento não são mais consideradas ilegais.

O martelo foi batido pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa, que assinou o pedido de desistência do chamado "Dissídio Coletivo de Greve" justificado numa "perda de objeto" do processo de dois volumes, "extinguindo o feito".

Tudo começou à época da greve, quando o Palácio Anchieta pediu e o Tribunal de Justiça considerou o movimento grevista como ilegal, fixando uma multa diária de R\$ 100 mil às associações.

A decisão foi do desembargador Robson Luiz Albanez, ao lembrar que a greve "instalou o caos social na Região Metropolitana".

Desde então, enquanto o processo tramitava, ocorreram cinco encontros entre membros do Palácio Anchieta, do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA) do Ministério Público e da Associação de Cabos e Soldados, dos Subtenentes e Sargentos, dos Oficiais, dos Bombeiros Militares



POLICIAIS militares e familiares permaneceram na frente dos batalhões impedindo saída e entrada de viaturas

tares e dos Militares da Reserva, Reformados, da Ativa.

Todas as reuniões aconteceram na sede do Ministério Público Estadual, na Enseada do Suá, em Vitória. Lá, no dia 11 de julho, todos os envolvidos concordaram com o pedido de extinção da ação declaratória de ilegalidade, inclusive o governo, que é representado por três procuradores no processo.

O desembargador Pedro Valls Feu Rosa decidiu por acatar o acordado no dia 14 de novembro e só agora o desenrolar veio à tona.

Para o presidente da Associação dos Oficiais Estaduais do Espírito

Santo, tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, a decisão "confirma que as entidades de classe não organizaram, incitaram ou incentivaram qualquer movimento grevista".

"Ao contrário, as associações trabalharam para mediar o conflito. Essa decisão faz justiça a atuação dos representantes dos policiais militares", salientou Rogério.

Durante a greve da PM, o comércio deixou de ganhar R\$ 2,4 bilhões. Mais de 3 mil multas de trânsito foram aplicadas, e 127 roubos e 106 furtos foram registrados nos 21 dias sem a PM nas ruas.



ACESSO ao quartel bloqueado

Ação contra mulheres também é arquivada

Após acordo, também foi extinto o processo que a Procuradoria do Estado movia contra 10 mulheres envolvidas em piquetes durante a greve da PM.

O juiz Júlio César Costa de Oliveira arquivou os volumes após verificar "a falta de interesse processual". O processo corria no Tribunal de Justiça desde 13 de fevereiro de 2017, quando a greve seguia para seu décimo dia.

A ação inicialmente foi motivada "em face de todos os manifestantes (parentes, amigos, policiais da reserva, ou qualquer outro cidadão) posicionados na frente das unidades policiais militares estaduais, em forma de piquete, impedindo a saída e entrada dos policiais e das viaturas nos batalhões, companhias e demais unidades policiais".

Durante a greve da Polícia Militar, parentes de oficiais — a grande maioria mulheres — se posicionaram em frente a unidades militares impedindo a saída ou entrada de viaturas e da corporação.

No Quartel da PM, em Maruípe, na capital, onde aconteceu o foco dos protestos, mulheres usaram cartazes, cadeiras, cones e tendas.

ENTENDA

Acordo e homologação

> AÇÕES de associações dos militares durante a greve da PM não são mais consideradas ilegais.

> DECISÃO foi homologada pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa sem julgamento de mérito, por perda de objeto da ação.

> EXTINÇÃO acontece após cinco encontros entre associações, Ministério Público e Procuradoria. Todos entraram em acordo pela extinção da ação declaratória de ilegalidade.

AÚDE

Justiça tem 14 mil casos contra o SUS

Do total, 4.527 são processos com pedidos de medicamentos e 3.063 referentes a tratamentos, aponta levantamento do TJ-ES

Jorryny Martins

Em busca de medicamentos, tratamentos e internações, 14.799 pacientes entraram na Justiça para conseguir os procedimentos de graça pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com levantamento do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), são 4.527 processos em tramitação somente com pedidos de medicamentos. Com pedidos de tratamentos, já se acumulam 6.063 processos até o último dia 29 de novembro.

Segundo os juristas, o número só tem aumentando nos últimos anos. Um levantamento feito pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) mostrou que o número de processos contra o Estado aumentou mais de 300% entre 2011 a 2016.

“O que tem acontecido é uma judicialização da saúde, o que quer

dizer que o governo não tem cumprido o seu papel de prestar serviço de saúde. O Poder Judiciário está tendo que fazer as vezes, determinando tratamento e internações, pois não há vagas e tratamentos”, explicou o advogado Flávio Fabiano.

O advogado frisou que a saúde é um dever do Estado e, assim, recorrer a Justiça deveria ser uma medida pontual. “Mas não é o que acontece. Com frequência, vemos nos finais de semana, pessoas recorrendo ao plantão judiciário para receber atendimento, internações médicas”.

Os planos de saúde também são alvos de solicitação dos pacientes na Justiça do Estado. De acordo com o levantamento do TJ-ES, são 5.874 processos que têm planos de saúde no assunto. Se negar a cumprir algum procedimento é a principal reclamação.

De acordo com o advogado Vinicius Villar, a judicialização em geral é um problema que o Brasil está enfrentando, mas que mostra uma fragilidade no sistema de saúde, como um todo. “A Justiça é o último recurso do paciente. Quando ele entra com uma ação judicial, geralmente ele já teve várias negociações ou é uma coisa urgente”.

O QUE ELES DIZEM



“A Justiça é, geralmente, o último recurso do paciente, que chega desesperado com o médico, dizendo que há uma alternativa que foi negada pelo SUS ou pelo plano de saúde”

Vinicius Villar, advogado

“Saúde é responsabilidade do Poder Executivo. Vemos que, muitas vezes, o Judiciário é acionado para suprir uma carência por vagas, por atendimentos e procedimentos”

João Vitor Guimarães Vaz, advogado



“São comuns os casos em que o plano de saúde nega algum procedimento ou medicamento. Entendo que isso não pode ser relativizado, a menos que esteja no contrato”

Ademar João Bermond, juiz

TRATAMENTO



Vaga no CTI só após decisão de juiz

Para garantir a vida e passar pelo tratamento necessário, os familiares do pastor Valtair Teodoro de Souza, 52, teve de entrar na Justiça com a ajuda do advogado Flávio Fabiano.

O pastor contou que, há um ano, passou mal e, depois de alguns exa-

mes num hospital público, precisou ser transferido para a avaliação com um neurologista especializado.

Nessa consulta, ainda passando muito mal, o médico informou que ele deveria ser levado para um Centro de Terapia Intensiva (CTI), pois estava

com uma trombose cerebral.

“Eles disseram que não tinha vaga, então tivemos que entrar na Justiça e pedir ao juiz. Com o mandado, conseguiram vaga para mim no mesmo dia. Se não tivesse sido atendido, tinha morrido!”.

OS NÚMEROS

5.874 PROCESSOS TÊM RELAÇÃO COM PLANOS DE SAÚDE

SUS

14.799 PROCESSOS COM PEDIDOS DE TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR OU FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

PROCESSOS

Tratamento médico hospitalar: **6.063**

Fornecimento de medicamentos: **4.527**

Tratamento médico hospitalar e fornecimento de medicamentos: **4.209**

GASTOS DA SESA

R\$ 78,07 milhões

FOI O VALOR GASTO PELO GOVERNO DO ESTADO COM JUDICIALIZAÇÃO DE JANEIRO A OUTUBRO DESTA ANO.

MAIS AÇÕES

R\$ 40,7 MILHÕES foi o valor gasto com pedidos de medicamentos

R\$ 28,7 MILHÕES foram gastos com pedidos de internação na Justiça

347% foi o aumento de processos judiciais de saúde contra a Sesa de 2011 a 2016.

Fonte: TJ-ES e Sesa.

Despesa fica maior, diz secretário

“O paciente pode buscar pelo seu direito. Mas, infelizmente, o que está acontecendo é que a Justiça está virando uma porta do SUS (Sistema Único de Saúde)”. A afirmação é do secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira.

De acordo com ele, a cada ano aumenta o número de processos contra o Estado de pacientes em busca de medicamentos, internações, cirurgias, e isso tem se tornado uma prática que prejudica o sistema como um todo.

“Toda vez que a Justiça determina uma internação ou um medicamento, há uma despesa maior, além de furar a fila. O sistema funciona por atividade – aqueles que chegam primeiro – e por risco – aqueles que têm mais risco de vida. A judicialização não é o problema, o que acontece é o volume desses processos, que acaba ultrapassando o limite da razoabilidade”, explicou.

Segundo os dados da Secretaria



RICARDO DE OLIVEIRA: “A Justiça está virando uma porta do SUS”

de Estado da Saúde (Sesa), foram gastos mais de R\$ 78,07 milhões com processos judiciais de janeiro a outubro de 2017.

O dinheiro foi gasto, em sua maior parte, com pedidos de medicamentos (R\$ 40,7 milhões).

“Nos últimos anos teve um aumento expressivo no número de pedidos de medicamentos por meio de processo judicial. De 2011 a 2016 esse aumento foi de 198%, o que prejudica muito o planejamento”, destacou o secretário.

Nas imagens estão alguns dos 1.045 foragidos, unidades de onde fugiram e crimes pelos quais cumpriam pena



Diego Dias Apaç Furtos e outros



Diego Henrique Costa Regional de São Mateus Homicídio e Furto



Denio de Paula e Silva Masculina de Colônia Furto



Elias Alves Junior Semiberta de VV Furto e roubo



Edson Nascimento Semiberta de VV Furto e roubo



Eduardo Fernandes Presídio de Cariacica Furto e roubo



Ednardo Miranda Casa de Custódia de VV Furto



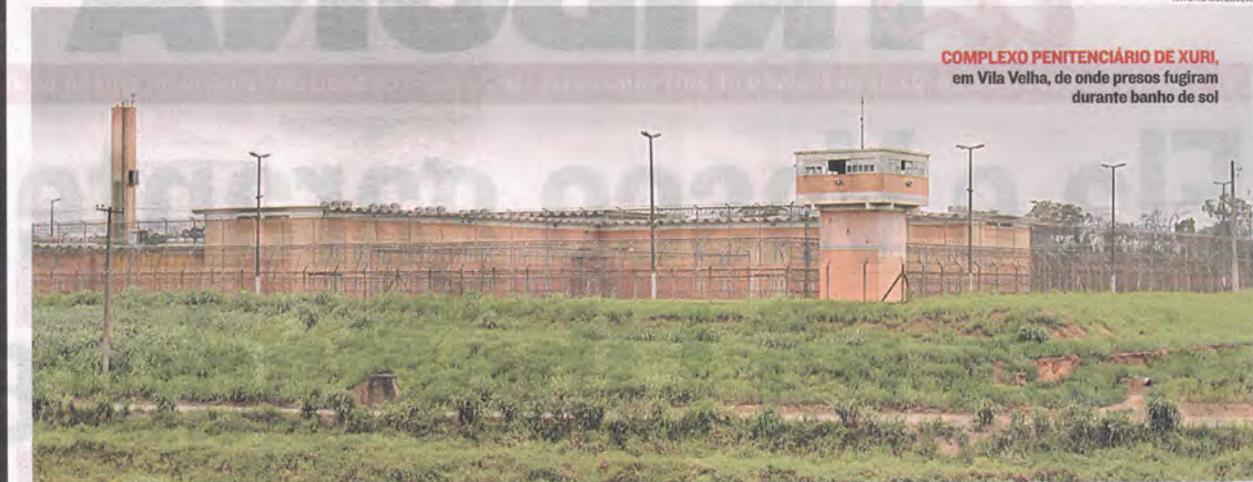
Leidiane Elias da Silva Penitenciária Agrícola Estupro e roubo



Joimar Lino Regional de Linhares Furto



Julianne Rodrigues Penitenciária Agrícola Furto, roubo e outros



COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI, em Vila Velha, de onde presos fugiram durante banho de sol

SISTEMA CARCERÁRIO

Estado tem 1.045 fugitivos

São assassinos, estupradores, traficantes e ladrões que deveriam estar presos, mas seguem à solta na sociedade

Lucas Rezende

Considerado pela polícia chefe do tráfico de Flexal II, em Cariacica, Adair Fernandes da Silva deveria estar preso. Deveria. No entanto, no dia 13 de janeiro de 2016, saiu de sua cela na Casa de Custódia de Vila Velha e nunca mais voltou. Ele faz parte dos 1.045 fugitivos das prisões do Estado, segundo levantamento da reportagem de **A Tribuna**.

O acusado de homicídio Erlanio Souza dos Santos é outro que saiu pela porta da frente da Penitenciária Semiaberta de Vila Velha em 16 de maio de 2014. Ambos circulam livremente pelas ruas do Estado.

Todos eles à solta em meio à sociedade e catalogados pelo serviço digital de informações de criminosos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Testemunhas Virtual.

Erlanio, por exemplo, fugiu do Complexo Penitenciário de Viana numa viatura da Polícia Civil, na véspera de uma audiência judicial. A época, um inspetor penitenciário teve a prisão provisória decretada por suspeita de ajudar na fuga.

O grau de periculosidade dos foragidos é preocupante. Lutemberg de Oliveira, o Boquinha, fugiu em maio deste ano da Penitenciária de Segurança Máxima 2, em Viana. Ele é apontado como líder da rebelião com mais de 130 internos que fez funcionários reféns por mais de 100 horas em Pedra d'Água, Vila Velha.

Além dele, estão soltos pelas ruas, acusados de estupro, de estupro de vulnerável, furto, lesão corporal, porte ilegal de arma, roubo, rufianismo (envolvidos em cafetagem) e tráfico de drogas.

“Saída temporária, apesar de ser direito, não é garantia de volta à cadeia”

Rivelino Amaral, especialista em Ciências Penais

Todos, ou saíram em fuga, ou tinham direito à saída temporária para trabalhar e visitar familiares e não retornaram.

A Secretaria de Estado da Justiça calcula que, desse total, 197 fugiram e 848 receberam autorização da Justiça para deixar o presídio para traba-

lhar e não retornaram.

Para o especialista em Ciências Penais Rivelino Amaral “trata-se de um número preocupante”.

“Progressão de pena e saída temporária, dependendo do comportamento, é direito do réu. No entanto, não há

garantia nenhuma de que ele retornará. Mas, ainda assim, deveria haver fiscalização maior, inclusive com aumento do efetivo de inspetores, que atualmente deixa a desejar. Esses fugitivos estão à solta, no meio de nós!”, lembrou.

O SISTEMA CARCERÁRIO CAPIXABA

409 É O NÚMERO DE ASSASSINOS E ESTUPRADORES FORAGIDOS, À SOLTA NAS RUAS

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o sistema carcerário do Espírito Santo é de “médio porte”.

SÃO 35 UNIDADES PRISIONAIS E DUAS UNIDADES DE APOIO.

Segundo o CNJ, o sistema carcerário capixaba se distribui da seguinte forma:

- 8.618 presos** em regime fechado
- 7.809 presos** provisórios
- 3.981 presos** em regime semiaberto
- 42 internos** em cumprimento de medida de segurança
- 5 em prisão domiciliar**
- 4 em regime aberto**

Dados do Conselho Nacional de Justiça apontam que há um déficit de vagas em presídios capixabas que chega a 6.710.

Você também pode ajudar na captura dos foragidos ligando para Disque-Denúncia 181
Seu anonimato é garantido.

O OUTRO LADO

Saída temporária

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e fez nove perguntas por escrito, querendo saber como ela analisa o número de foragidos, o principal motivo que facilita casos de fuga e o que será feito para mudar essa situação.

A Sejus, no entanto, decidiu emitir um posicionamento geral. Disse que, do total de fugitivos, 197 fugiram, ou seja, escaparam enquanto estavam custodiados, e 848 evadiram, ou seja, receberam autorização da Justiça para deixar o presídio para trabalhar e não retornaram. Disse também que há casos de evasão durante as saídas temporárias. Falou também que há déficit de 6,6 mil vagas.



Julianne Rodrigues Penitenciária Agrícola Furto, roubo e outros

Jose Roberto Leite Penitenciária Agrícola Tráfico, furto e outros

Marcon Santos Nova Casa de Custódia de VV Homicídio e roubo

Marcelo Domingos Barra de São Francisco Furto

Marcelo Oliveira Casa de Custódia de VV Porte ilegal de arma

Luiz Antonio Bonilha Penitenciária Agrícola Roubo, furto e outros

Rafael Viz Azeite Casa de Custódia de VV Porte ilegal de arma

Ricardo Rosa Presídio de Cariacica Roubo e furto

Daniela Martins Gomes Semiberta de VV Lesão corporal

Patrício Pereira Regional de Linhares Furto

Wesley Barbosa Semiberta de VV Furto e roubo

Rodrigo Rafael de Lima Suprança Máxima Homicídio e Tráfico

Ronan Ferreira Casa de Custódia de VV Furto

ANTONIO MOREIRA/JA



SISTEMA CARCERÁRIO

Inspetores abaixo do número ideal

Há quase mil inspetores penitenciários a menos que o recomendado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária vigiando as prisões do Estado. Segundo o Sindicato dos Inspetores do Sistema Penitenciário do Estado (Sindaspes), são 3,2 mil profissionais em atividade.

Mas o Conselho Nacional é claro em sua resolução nº 1, de março de 2009: "determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que (...) exija a proporção mínima de cinco presos por agente".

Partindo do princípio de que a população carcerária do Estado já ultrapassou os 20.400 presos, segundo o Conselho Nacional de Justiça, há mais de mil inspetores a menos que o ideal, uma vez que são divididos por escala.

Enquanto isso, os números vão sendo traduzidos em fugas. No dia 9 de outubro deste ano, por exemplo, quatro detentos escaparam da Penitenciária Estadual de Vila Velha 2, durante o banho de sol.

Neste dia, os acusados de homicídio Adriano Fernandes Flores e Pedro Henrique Nascimento Fagundes fugiram junto de Ivan Machado Gliério e Sérgio Moura da Paixão. Eles seguem à solta.

"Estamos muito aquém do número mínimo para dar conta das demandas do sistema. A capacidade do sistema penitenciário capi-

xaba é de 13.784 presos. Já ultrapassamos 20 mil nas 35 unidades. O crescimento desenfreado da população carcerária e o baixo número de servidores fragilizam a segurança", admite Sostenes Araújo, presidente do Sindaspes.

"Somos os grandes responsáveis por manter a ordem e não permitir o sistema convulsionar. Por isso, é preciso valorizar quem dá a vida para que as coisas funcionem. É preciso realizar concurso público, dar condições de trabalho, equipando e treinando os inspetores e reconhecendo seu valor, com criação do plano de carreira, por exemplo", pediu Araújo.

A Secretaria de Estado Justiça informou que, desde 2015, nomeou 245 inspetores efetivos e que não informa número de servidores por unidade por segurança. Sobre concurso, não respondeu.



ARAÚJO: "Falta valorização"

Projeto de lei para reduzir as saídas temporárias

Menos dias fora da cadeia e cada vez mais tempo preso para poder sair. Passou na Câmara dos Deputados e aguarda voto dos senadores o Projeto de Lei (PL) que dificulta a saída temporária de presos para estudar, trabalhar ou visitar familiares no Natal, Ano Novo, Dia das Mães e dos Pais.

O Projeto limita a quantidade de dias que o preso poderá sair da cadeia. Hoje, o prazo é de até sete dias, podendo ser renovado quatro vezes ao ano. Com o PL, o prazo não passará de quatro dias e só poderá ser renovado uma vez ao ano.

Atualmente, para ter direito ao benefício, além de bom comportamento, os presos devem ter cumprido 1/6 no caso de réus primários e 1/4 no caso dos reincidentes.

Agora, o PL exige que o reincidente tenha cumprido metade da pena.

Para quem foi preso sob acusação de prática de tortura, tráfico de drogas, terrorismo e crime hediondo, a situação pode ficar ainda mais restrita: o réu primário precisará ter cumprido 2/5 da pena.

Para o senador Sérgio de Castro (PDT), "desde que preservados os direitos fundamentais, toda medida que venha corrigir distorções do sistema penal e é bem-vinda".

Já Magno Malta (PR) é contra "regalias e impunidade" e acha que "a lei tem que ser aplicada com igualdade para todos". A senadora Rose de Freitas (PMDB) também foi procurada, mas não foi encontrada. A votação no Senado não tem data para acontecer.



INSPETOR PENITENCIÁRIO 35 ANOS "Ficam 24h tentando fugir"

“ Todo dia há tentativa de fuga. Principalmente agora com proximidade do Natal e do Ano Novo ”

“ Acho que o principal hoje é a quantidade de presos numa só penitenciária. Deveriam ter mais unidades ”

“ Sistema carcerário é perigoso. Faltam servidores, equipamentos e condições de trabalho. Unidades são novas, mas estão superlotadas ”

Um inspetor penitenciário de um presídio de Vila Velha conversou com a reportagem de **A Tribuna** e afirmou: "Presos ficam 24 horas tentando fugir".

A TRIBUNA - Como é a vigilância dos presos?

INSPETOR - O efetivo é mais baixo do que deveria. Hoje, uma unidade carcerária que comporta mil presos chega a estar com 1,5 mil. E isso influencia em tudo. Se ela tem capacidade de mil, o sistema de visitas, de saúde e de vigilância é voltado para somente mil. Quando você tem uma sobrecarga, tudo embola. O serviço é em dobro, o estresse é em dobro. E há mais brigas entre os internos, que se revoltam.

> Isso influencia nas fugas?

Com certeza facilita fugas. Se você está operando fora do normal, claro que facilita. Se você precisa dar conta de 30 num espaço que seria para oito, claro que perde o controle ideal. Há mais presos que o normal numa mesma cela. Escolas de presos em hospitais também ficam prejudicadas.

> Como assim?

Na escolta em hospitais, há casos em que estão acompanhando o

preso apenas um inspetor efetivo e um em designação temporária ou comissionado. Mas esses dois últimos não podem ter porte de arma. Então fica um só armado. O correto seriam dois inspetores armados por preso. Os profissionais ficam desprotegidos. Nos júris, no entanto, a situação está mais tranquila.

> Como acontecem as fugas?

Há de todo o tipo. Quebrando parede então, é cotidiano. Todo dia na unidade tem algo do tipo, pelo menos tentativas. Principalmente agora, com a proximidade do Natal e do Ano Novo. A fuga deles é mais demorada, artesanal. Usam arames, quando conseguem, para tentar fugir durante o banho de sol. Às vezes, entram medicamentos para eles, e até uns pedacinhos eles usam. Às vezes conseguem quebrar algum pedaço de luminária...ficam 24 horas tentando alguma coisa. Alguns entram num boeiro antes do banho de sol acabar para depois sair e tentar abrir buracos. Há menos de um mês fugiram três de um presídio semiafoberto em Vila Velha. Esse número de foragidos é alto. Se tivesse um número ideal de apenados para servidores, o número seria menor.



Marcos de Paula Penitenciária Agrícola Homicídio



Marcos Paulo Gama Somboriba de VV Homicídio



Adilson Salm Penitenciária Agrícola Tráfico de drogas



Milton Moraes de IRS, em Vila Velha Homicídio e roubo



Marinho Dalnaga Somboriba de Colatina Homicídio



Eduardo de Alvaraga Somboriba de VV Tráfico de drogas



Eduardo Braga da Silva Regional de Linhares Homicídio e tráfico



Edvarderson Oliveira Somboriba de VV Tráfico de drogas



Edson Lemes Regional de Linhares Tráfico de drogas



ARQUIVO AT



WILSON LUIZ VENTURIM, O JAPONÊS, terá de devolver R\$ 280 mil aos cofres públicos, definiu juiz

Ex-prefeito de Nova Venécia é condenado

Juiz condenou Wilson Luiz Venturim a 7 anos de prisão por usar servidores para fins particulares e construir em terreno irregular

Tiago Alencar

O juiz da 2ª Vara Criminal de Nova Venécia, Ivo Nascimento Barbosa, condenou o ex-prefeito da cidade, Wilson Luiz Venturim, o Japonês, a sete anos de prisão por usar servidores para serviços particulares e construir em terreno irregular.

Japonês, que deverá começar a cumprir pena em regime fechado, já foi deputado estadual pelo Partido Progressista (PP). Além de ser

condenado à prisão, Japonês ainda terá que devolver R\$ 280 mil aos cofres públicos.

Na denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual (MP-ES), a promotoria acusa o ex-prefeito de ter construído sua residência, localizada no bairro Jardim Ângela, em um terreno que não havia sido regularizado. Além disso, Japonês teria posto servidores da prefeitura para trabalhar no empreendimento.

Ainda de acordo com a denúncia do MP-ES, os arredores da casa receberam calçamento e manilhas para escoamento de esgoto. O material usado na obra, segundo o órgão ministerial, veio da administração pública, de forma ilegal. Em 2014, o imóvel foi tomado pela Justiça e entregue ao município.

Hoje, a residência de Japonês é usada como sede da Defesa Civil.

No entanto, a Justiça já determinou a venda da casa para reparação ao município.

Na sentença, juiz considera que, “os documentos juntados ao processo são suficientes para comprovar as irregularidades cometidas pelo acusado”.

O magistrado também entendeu que os terrenos, que foram doados a Japonês por um morador da cidade, tiveram o papel de moeda de troca, uma vez que a área teria sido beneficiada com obras que fizeram com que os imóveis do doador fossem valorizados.

Procurado pela reportagem, o advogado Eduardo Venturim Moreira, que aparece como defesa de Japonês no processo, disse que não defende mais o ex-prefeito, já que não está mais no caso. A reportagem não conseguiu contato com um novo advogado.

Justiça condena ex-prefeito de Nova Venécia a sete anos de prisão

A condenação do ex-prefeito Wilson Luiz Venturim, o “Japonês”, foi baseada em denúncia do Ministério Público do Estado, que quer o aumento da pena

A Justiça condenou o ex-prefeito de Nova Venécia Wilson Luiz Venturim, o “Japonês”, a sete anos de prisão, em ação ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES). A sentença prevê que o ex-prefeito cumpra a pena com início em regime fechado e pague mais de R\$ 280 mil para ressarcir os danos causados ao município. O MPES, no entanto, quer o aumento da pena e já recorreu da sentença.

A condenação do ex-prefeito foi baseada na denúncia do MPES que relata que Wilson Japonês, na época prefeito de Nova Venécia, teria feito obras de pavimentação em um loteamento irregular e utilizado indevidamente mão de obra de servidores municipais e também recursos públicos. Em troca, ele teria recebido do dono do loteamento dois terrenos, onde construiu uma casa.

O imóvel foi tomado pela Justiça em 2014 e entregue ao município de Nova Venécia. Atualmente, o local abriga a sede da Defesa Civil, mas a Justiça já determinou a venda da casa para reparação ao município.

A reportagem tentou falar com o advogado do ex-prefeito, mas as ligações não foram atendidas.



DIVULGAÇÃO

CÁLCULOS de contas de poupança dos planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2

POUPANÇA

Indenização só para quem foi à Justiça

Ressarcimento pelas perdas com mudanças dos planos econômicos não vai valer para quem não entrou com ação, apontam bancos

BRASÍLIA

Representantes de bancos e de poupadores decidiram, com respaldo do governo, que só terá direito a participar do acordo para a compensação de perdas na poupança com a mudança dos planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990 quem ingressou na Justiça em ações coletivas e individuais cobrando o ressarcimento.

Após a divulgação de que bancos e poupadores chegaram a um acordo para a compensação das perdas nas cadernetas de poupança com os planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, a ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, chegou a abrir a possibilidade de incluir consumidores que não entraram com ação judicial no grupo de pessoas que receberão a indenização. As conversas foram mediadas pela AGU.

Foram mais de 20 anos de briga na Justiça. De um lado, os poupadores de cadernetas de poupança. Do outro, os bancos. Um milhão de ações questionavam as perdas no rendimento das cadernetas provocadas pelos quatro planos econô-

micos.

O que os poupadores reclamavam nas ações é que na hora da troca dos planos a remuneração da poupança não era feita da forma devida, gerando perdas. Os bancos dizem que seguiram as regras vigentes nos períodos.

O STF precisa homologar o acordo para que o entendimento tenha validade e os poupadores comecem a ser ressarcidos.

A possibilidade de estender o acordo, no entanto, foi descartada, segundo fontes no governo. Uma das preocupações foi não abrir brechas para fraudes durante os pagamentos.

A intenção das negociações, que duraram meses, sempre foi pôr fim a milhares de ações que tramitam na Justiça cobrando o ressarcimento, ressaltou essa fonte. Algumas ações se arrastam há quase 30 anos.

ENTENDA

Ações contra a perda

- > **NAS** décadas de 1980 e 1990, para combater a hiperinflação, o governo lançou planos para controlar os preços.
- > **QUANDO** um plano era lançado, os bancos trocavam o rendimento de todos os depósitos.
- > **HÁ CERCA DE 1,1 MILHÃO** de ações que pedem ressarcimento por perdas nos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

Semana decisiva para mãe de garota sequestrada

Clemilda de Jesus aguarda pelo resultado do exame de DNA que vai comprovar se ossada achada é da filha, Thayná Andressa

Rafael Moura

A semana que se inicia é considerada decisiva para a vendedora Clemilda Aparecida de Jesus, 38 anos, mãe da estudante Thayná Andressa de Jesus, 12. Clemilda aguarda por um exame de DNA que vai comprovar se uma ossada de adolescente, encontrada no dia 10 de novembro, em Viana, é da garota que desapareceu em outubro.

“Já está machucando a espera”, disse Clemilda, que está ficando em Cariacica, na casa de amigos. Desde que houve o sequestro da menina, em 17 de outubro, ela não voltou mais para a residência onde morava, em Viana.

A mãe da garota explicou que o chefe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), delegado José Lopes, entrou em contato com ela e disse que ainda espera pela conclusão da análise do perito para se pronunciar sobre o caso.

“Ele conversou comigo na última quinta-feira e disse que está querendo resolver”. Em uma publicação no Facebook, a vendedora ainda destacou o compromisso de a polícia contar para ela, em primeira mão, o resultado da perícia.

A polícia tem informado que o caso segue sob investigação e sigilo. O prazo para o resultado do exame é de até 30 dias. Mas caso



CLEMILDA aguarda resultado de DNA para saber se Thayná (destaque) está morta: “Está machucando a espera”

esse limite se estenda, Clemilda não descarta voltar às ruas, fazendo novos protestos.

CASO

Thayná foi sequestrada no último dia 17 de outubro. Ademir Lucio Ferreira de Araujo, 55, é o acusado de ser o sequestrador da menina. Ele ainda tinha mandado de prisão em aberto por estupro de uma menina de 11 anos, que ocorreu três dias antes do crime contra a filha de Clemilda.

A polícia não descarta que Thayná tenha sido vítima de abuso e um terceiro estupro é investigado. Ademir foi preso no Rio Grande do Sul, no dia 13 de novembro. Ele alega que Thayná morreu.



FICHA CRIMINAL DE ADEMIR

Ademir Lucio Ferreira de Araujo

- ▶ TEM, ATUALMENTE, 12 processos ativos no Tribunal de Justiça do Estado. Em um deles, pede indenização por danos morais pelo tempo em que ficou preso no sistema carcerário capixaba, entre 2015 e 2016.
- ▶ O PRIMEIRO MANDADO de prisão de Ademir foi em outubro de 1988. Ele foi detido pelo crime de roubo.
- ▶ O ÚLTIMO MANDADO de prisão de Ademir é relativo a outubro de 2017, pelo crime de estupro.
- ▶ ENTRE MARÇO DE 1992 e dezembro de 2016, ele teve diferentes passagens por presídios.



ADEMIR FERREIRA está preso

CASO THAYNÁ



17 DE OUTUBRO: Thayná é sequestrada por Ademir e câmera registra momento. Outra menina teria sido estupro três dias antes pelo acusado.



6 DE NOVEMBRO: no mesmo dia em que Clemilda vai ao Palácio Anchieta protestar, polícia encontra o Gol prata usado no sequestro da menina.



10 DE NOVEMBRO: polícia faz operação em Viana. Ossada que pode ser de Thayná é encontrada. Exame de DNA vai fazer a comprovação.



14 DE NOVEMBRO: Ademir é preso em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e volta para o Estado. Ele nega estupro e diz que Thayná morreu.

Foragido procura a polícia para recuperar veículo e acaba preso

Após consulta, os militares descobriram um mandado de prisão contra o suspeito, expedido pela 2ª Vara Criminal da Serra

Um foragido da Justiça foi preso após ele mesmo procurar a Polícia Militar na manhã deste sábado (2), em Linhares, Norte do Estado. O suspeito foi à sede da 1ª Companhia da PM, por volta das 11 horas, para informar que era o proprietário do veículo Fiat Palio encontrado horas antes na ES 248, rodovia que liga os municípios de Linhares e Colatina.

Após consulta, os militares descobriram que havia um mandado de prisão contra ele, expedido pela 2ª Vara Criminal da Serra, na Grande Vitória. O homem foi encaminhado à 16ª Delegacia Regional de Linhares. O veículo, que apresentava restrição de furto ou roubo, também foi entregue à Polícia Civil.